



UNILA
Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana



unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA OCUPAÇÃO BUBAS

Maria Rosa Barudi de Matos

Foz do Iguaçu

2019



UNILA
Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana



ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA OCUPAÇÃO BUBAS

Maria Rosa Barudi de Matos

Projeto de Intervenção apresentado ao curso de especialização em Direitos Humanos na América Latina como requisito para obtenção do título de especialista.

Orientadora: Dr^a Lorena Rodrigues Tavares de Freitas

Foz do Iguaçu

2019

RESUMO

A violência contra a mulher está presente na sociedade, nesse sentido, todas as formas de enfrentamento são necessárias. Pensando assim, este trabalho realizou atividades para o combate a violência de gênero dentro da Ocupação Bubas localizada na região sul de Foz do Iguaçu. Para este projeto acontecer foram realizadas parcerias com as lideranças locais, instituições governamentais, estudantes e profissionais da área da saúde mental. As atividades foram realizadas em três encontros com diferentes, com diferentes abordagens. No primeiro deles, tratamos sobre a construção histórica da figura da mulher na sociedade, sobre a ótica feminista. No segundo encontro a temática foi a Comunicação Não Violenta, uma teoria desenvolvida pelo psicólogo norte-americano Marshall Rosenberg sobre as formas de comunicação entre as pessoas, para fortalecer a auto valorização e a valorização de outras mulheres na comunidade. No terceiro encontro foram abordados os diferentes tipos de violência contra a mulher e informar sobre o Centro Referencia em Atendimento à Mulher Vítima de Violência que existe em Foz do Iguaçu.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
CAPÍTULO 1 - Desigualdade de Gênero e a Violência contra a Mulher	9
CAPÍTULO 2 - Sororidade e Comunicação Não-Violenta no Combate contra a Violência contra a Mulher	21
CAPÍTULO 3 – A importância da Informação no Enfrentamento a Violência de Gênero.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
BIBLIOGRAFIA.....	41

APRESENTAÇÃO

Na estrutura social a mulher está culturalmente em posição inferior ao homem, essa desigualdade de gênero torna a violência contra a mulher um mal presente na nossa sociedade. Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas) uma a cada três mulheres é ou será vítima de violência de gênero ao redor do mundo¹. No Brasil não é diferente, os números são alarmantes: 21,8% das mulheres foram vítimas de ofensa verbal, como insulto, xingamento ou humilhação; 9% foram vítimas de agressão física tipo empurrão, chute ou batida e 3,6% sofreram espancamentos e tentativa de estrangulamento². Só no Paraná, segundo o Ministério Público, de 2015 a março de 2019, foram instaurados 693 inquéritos policiais referentes à feminicídio e oferecidas 592 denúncias criminais ligadas a esse tipo de crime³. Em Foz do Iguaçu em 2018 foram 4.715⁴ ocorrências policiais com vítimas mulheres, os dados são da Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (CAPE), órgão da Secretária de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária.

Diante dessa realidade e levando em conta o meu ativismo na luta pelos direitos das mulheres, não poderia escolher outro caminho para meu projeto final da especialização em Direitos Humanos na América Latina, ofertada pela Universidade Federal da Integração Latino Americana em parceria com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Foz do Iguaçu, que não fosse ligado às questões de gênero. A ideia deste Projeto de Intervenção surge da vontade de compartilhar conhecimento e reflexões com mulheres

¹FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Visível e Invisível: A Vitimização das Mulheres no Brasil – 2ª edição*. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Infogra%CC%81fico-vis%C3%ADvel-e-invis%C3%ADvel-2.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2019.

²ONU - NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Vice-chefe da ONU denuncia 'pandemia global' de violência contra as mulheres*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/vice-chefe-da-onu-denuncia-pandemia-global-de-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 20 mai. 2019

³FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Visível e Invisível: A Vitimização das Mulheres no Brasil – 2ª edição*. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Infogra%CC%81fico-vis%C3%ADvel-e-invis%C3%ADvel-2.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2019.

⁴CLICKFOZ. *Foz do Iguaçu teve 1.200 casos de Violência Contra a Mulher em 2018*. Disponível em: <https://www.clickfozdoiguacu.com.br/foz-do-iguacu-teve-1-200-casos-de-violencia-contra-a-mulher-em-2018/>. Acesso em: 30 mai. 2019.

sobre a desigualdade de gênero e as formas de violência contra a mulher na sociedade e nos relacionamentos conjugais.

O lugar escolhido para a realização do projeto foi a Ocupação Bubas, localizado no Bairro Porto Meira. Em 2015 conheci Ocupação Bubas e a líder comunitária Roseli Noeli dos Santos, uma das líderes locais, através da Escola Popular de Planejamento da Cidade⁵ e das Brigadas Populares⁶ que realizavam um trabalho de urbanização dentro da comunidade visando a não remoção das famílias que ali vivem. A Rose, como é conhecida por todos, trabalha pela comunidade da ocupação como uma espécie de assistente social, quando algum morador está passando por alguma dificuldade, é na casa dela que eles buscam ajuda que pode ser através da doação de uma cesta básica para famílias mais necessitadas ou em forma de orientação sobre quais instituições de assistência social da cidade a pessoa pode buscar. É ali também que chegam as doações de roupas e alimentos feitas por instituições. Sempre disposta a ajudar, a Rose escuta e analisa cada caso individualmente.

Essa proximidade me propiciou a oportunidade de participar de rodas de conversas informais onde é comum ouvir os relatos de violência doméstica que ocorrem cotidianamente dentro da ocupação e assim conhecer mais de perto a realidade por elas vivida. A partir dessa realidade, este Projeto de Intervenção tem como objetivo geral propiciar naquele ambiente um espaço de reflexão sobre a realidade social e as relações desiguais entre os gêneros mantidas estruturalmente por uma cultura e por práticas históricas que afetam as mulheres. Culturalmente o senso comum diz “que em briga de casal não se mete a colher”, pensamento que banaliza a violência contra a mulher e principalmente a violência sofrida dentro dos lares, muitas vezes de forma silenciosa, sem encontrar amparo e ajuda. Os objetivos específicos são promover o debate acerca da construção social dos papéis de gênero a partir de uma perspectiva feminista, fortalecer as relações entre as mulheres da

⁵A Escola de Planejamento da Cidade é resultante da união do projeto de extensão da UNILA – Reestruturação Urbana e Social da Fronteira e do convênio de pesquisas (UNILA, FAUUSP, UFABC) denominada Observatório de Remoções em comunidades. A mesma tem como objetivo a ampliação do debate em Direitos Humanos, em especial Direito à Moradia e à Cidade em comunidades vulneráveis às remoções forçadas.

⁶Brigadas Populares, uma organização socialista, classista, feminista, antirracista, anti-imperialista, anti-punitivista e nacionalista-revolucionária.

comunidade através de práticas da Comunicação Não Violenta, para que elas possam ajudar umas as outras e, por fim, informar sobre as formas de violência contra a mulher e apresentar o Centro de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência que existe em Foz do Iguaçu.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho foram encontros em forma de roda de conversa, para incentivar a interação e a troca de experiências entre as participantes. A ordem da apresentação dos capítulos segue a ordem cronológica desses encontros. A cada capítulo será apresentado o que foi discutido com as mulheres da comunidade do Bubas em cada encontro, problematizando os desafios e os conhecimentos produzidos com as mulheres da comunidade em cada um deles. O primeiro encontro foi destinado a apresentar às mulheres a construção social e cultural dos papéis de gênero. Eu e a Camila Viviane Lui de Sousa, terapeuta organizacional, facilitamos o diálogo levando as participantes a refletirem sobre como a desigualdade de gênero prejudica a vida de mulheres no cotidiano. A construção social da mulher enraizada na sociedade nos leva a acreditar que somos menos inteligentes que o homem, que nossas virtudes estão relacionadas ao cuidado, a limpeza, e educação dos filhos, mas na verdade essas características consideradas femininas são na verdade resultado de ensinamentos e vivências desde a infância. Outro ponto da discussão foi sobre a dupla jornada de trabalho que as mulheres estão sujeitas, visto que por uma questão cultural, os homens ficam fora da divisão dos trabalhos domésticos. Também foi abordada a questão da pressão estética da nossa sociedade, que exige que as mulheres se adaptem a padrões de beleza que muitas vezes não condizem com a realidade de nós brasileiras, o que também é uma forma de violência contra as mulheres. Finalizamos a discussão concluindo que a interiorização cultural das crenças citadas à cima acaba intervindo diretamente na nossa auto desvalorização, deixando assim mais vulneráveis a sofrer violência de gênero.

O segundo encontro trouxe a temática da Comunicação Não Violenta (CNV) uma abordagem formulada por um psicólogo norte-americano Marshall Rosenberg sobre as formas de comunicação entre as pessoas. O encontro foi conduzido pela psicóloga Priscila Barreto. A forma como nos comunicamos

normalmente, segundo Marshall, tende a ser uma comunicação alienada, carregada de julgamentos morais. Cotidianamente confundimos nossas as necessidades reais, que são compartilhadas universalmente, como por exemplo, fome, sede e amor, com sentimentos ou pensamentos sobrecarregados de julgamentos. A CNV mostra outra forma de comunicação que nos leva a diferenciar nossas necessidades de nossos pensamentos e sentimentos, a partir dessa diferenciação aprendemos a nos expressar de forma autêntica, e também a ouvir de forma empática, livre de julgamentos. A CNV pode ser utilizada em qualquer ambiente de nossa vida que exista a comunicação, dentro do nosso ambiente de trabalho, na relação entre pais e filhos e até em regiões de guerra e conflito⁷. A CNV funciona como um fortalecedor de vínculos entre as pessoas através de uma comunicação clara e eficaz, despida de julgamentos. A função da CNV dentro deste trabalho mais do que amenizar os conflitos do relacionamento, seria a de fortalecer o vínculo entre as mulheres da ocupação, visto que ainda existe um julgamento moral generalizado sobre mulheres que não conseguem sair de relacionamentos abusivos, julgamentos estes, muitas vezes, incorporados pelas próprias vítimas, de forma que as próprias mulheres acabam por julgar umas às outras a partir desses critérios machistas que as desqualificam. A proposta é que a CNV seja um impulsionador da sororidade entre elas.

O terceiro encontro teve a finalidade de mostrar as formas de violência contra a mulher e apresentar o Centro de Referência de Atendimento à Mulher Vítima de Violência de Foz do Iguaçu. Culturalmente convencida que deve ser submissa ao marido, a mulher perde a autonomia de sua vida e não se percebe enquanto vítima. Os caminhos para uma mulher sair dessa situação de violência são tortuosos e difíceis. É preciso primeiro que a vítima entenda e reconheça que está em situação de violência de gênero. Se sentindo fragilizadas e desamparadas, em situação de violência, não vê saída para sua condição e acaba presa a essa realidade. A facilitadora convidada para participar dessa roda de conversa foi a aluna da Unila Ana Luisa Hickmann que

⁷PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. *Dr. Marshall Rosenberg - Sobre a Comunicação Não-Violenta*. Disponível em: https://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/cartilhas/2_C_2006_Rede_comunicacao_violencia.pdf. Acesso em: 30 mai. 2019.

trouxe seu projeto "O CRAM no bairro: A atuação do Centro de Referência Rejane Marisa Dal Bó no combate à violência contra as mulheres"

O desequilíbrio dentro das relações, onde a mulher tem papel de submissão, dificulta a auto identificação da mulher como vítima de violência.

Para Safiotti:

Sobretudo em se tratando de violência de gênero, e mais especificamente intrafamiliar e doméstica, são muito tênues os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres: sujeição aos homens sejam pais ou maridos. Desta maneira, cada mulher colocará o limite em um ponto distinto do *continue* entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres. (SAFIOTTI, 2011, pg.75)

Os relacionamentos violentos não são assim desde o início. Quando o agressor se mostra violento, a partir de pequenas agressões a vítima geralmente já esta envolvida no relacionamento, o que em casos de relacionamentos longos se torna mais dificultoso o rompimento da relação. No Brasil, cerca de 52% das mulheres que foram vítimas de violência em decorrência de questões de gênero não procuraram nenhuma forma de ajuda.⁸ Entender as origens desse desequilíbrio nas relações de gênero e a violência que decorre dessa desigualdade e finalmente buscar e encontrar o apoio necessário para enfrentar essa situação é o primeiro passo.

⁸FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil – 2ª edição*. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Infogra%CC%81fico-vis%C3%Advel-e-invis%C3%ADvel-2.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2019.

CAPÍTULO 1 - DESIGUALDADE DE GÊNERO E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Para melhor compreender as razões do desequilíbrio dessas relações é necessário buscar a origem histórica desse problema e como ela foi construída ao longo do tempo.

A sociedade que existiu, há milhares de anos, baseada na coleta e caça, buscava a sobrevivência, tanto homens quanto mulheres tinham funções diferentes e complementares. A sua relação de entendimento com a natureza era de suma importância, analisar, conhecer e respeitar a natureza era o que os mantinha vivos. Até certo período, homens viam as mulheres como seres fortes e grandiosos, capazes de conceber uma nova vida, já que nesse momento não se sabia da participação masculina no processo da reprodução humana. Foi a partir desse conhecimento que homens começaram a criar sistemas simbólicos para destronar suas parceiras (SAFFIOTI, 2011, p.59). Ao analisar a história da humanidade, percebe-se que a hierarquia entre homens e mulheres, com a dominação masculina, foi implantado há 2.600 anos, tempo relativamente curto comparado aos 250 mil anos que beiram a história da humanidade (SAFFIOTI, 2011, p.60). Podemos então observar que as relações desiguais não são naturais e sim construídas culturalmente.

Assim se estabeleceu o patriarcado:

O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando proposadamente explícito o vetor da dominação-exploração. Perde-se em extensão, porém se ganha em compreensão. Entra-se, assim, no reino da História. Trata-se, pois, da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina. É, por conseguinte, um conceito de ordem política. (SAFFIOTI, 2011, pg.139)

O patriarcado representa a figura masculina que tem o poder e o controle sobre todos a sua volta. Ao homem patriarcal é permitido a posse de propriedades e o poder de tratar aos demais seres humanos como propriedade também, de acordo com seu interesse.

O patriarcado se apropria e utiliza instrumentos importantes de controle ao outro, como a fé e a medicina, para legitimar sua soberania.

A tradição cristão-judaica influenciada pela hegemonia masculina conservadora teve grande contribuição para a superioridade do homem. Agindo assim, negros e índios foram escravizados diante da falácia de não possuírem alma. As mulheres também foram vitimadas na representação da tradição. A primeira mulher da terra, Eva, é retratada como uma mulher sedutora que leva o homem a desobedecer às ordens divinas, condenando assim toda humanidade ao pecado original.

Elas modulam a aula inaugural de Genesis, que apresenta a potencia sedutora da eterna Eva. A mulher, a origem do mal e da infelicidade, potencia noturna, força das sombras, rainha da noite, oposta ao homem diurno da ordem e da razão lúcida (PERROT, 1988, pág.168).

Ao mesmo tempo, dentro dessa tradição também há a figura da Virgem Maria, uma mulher pura que abre mão de sua vida para se tornar a “mãe de Deus”, trazendo uma nova função divina à mulher, a maternidade. Assim controlar a sexualidade feminina, seus modos e sua conduta na sociedade através do casamento e da maternidade passariam a ser uma questão imposta pela Igreja como a salvação das mulheres. Essas crenças propõem uma dualidade a figura feminina, que oscila entre o bem, na procriação, castidade e cuidado com e família e o mal, que trazia a sexualidade, luxúria e perversão.

A medicina também foi um importante instrumento utilizado para provar a superioridade do homem branco. A partir que a ciência e a medicina avançam os médicos não medem esforços para comprovar que o homem branco é o ser mais evoluído e por isso todos os demais devem estar submetidos a ele, são realizados exames cada vez mais específicos, como a craniologia:

Embora homens negros e mulheres brancas europeias fossem muito bem diferenciados culturalmente, quando pensados como categorias biológicas, as similaridades entre estes dois grupos se acentuavam e eles passavam a interagir no conhecimento novo que era produzido. É assim que se pode entender como as mulheres foram comparadas aos negros a partir do tamanho do crânio, ou como os negros foram considerados representantes de raças do tipo ‘feminino’, porque eram entendidos como menos racionais e mais emotivos (MARTINS, 2004, pg. 35).

Agindo de acordo com seus próprios interesses, o patriarcado reservou lugares diferentes para a mulher branca e a mulher negra.

Patricia Hill Collins (2015) nos mostra a relação de gênero, classe e raça dentro do regime escravocrata como exemplo prático do patriarcado e seus diferentes níveis de opressão.

O controle sobre a sexualidade das mulheres brancas abastadas foi central para a escravidão, uma vez que as propriedades deveriam ser passadas aos herdeiros legítimos dos senhores de escravos. Assim, assegurar a virgindade e a castidade dessas mulheres brancas estava intimamente atrelado à manutenção das relações de propriedade. Sob a égide da escravidão, vemos variados degraus de proteção institucional oferecidos às mulheres brancas abastadas, às mulheres brancas trabalhadoras e pobres e às mulheres africanas escravas. As mulheres brancas pobres gozavam de algumas poucas proteções das quais gozavam as mulheres brancas de classes mais altas. Além disso, o status das mulheres negras era fundamental para manter todas as mulheres brancas em seus devidos lugares. Controlar a fertilidade das mulheres negras era, também, fundamental para a continuidade da escravidão, já que crianças nascidas de mães escravas eram elas também, escravas. Mulheres afro-americanas compartilhavam o status desvalorizado de escravas com seus maridos, pais e filhos. O racismo extirpou dos negros e negras, como grupo, seus direitos legais, sua educação e o controle sobre suas próprias vidas. (COLLINS, 2015, pg. 22)

As mulheres brancas eram parte da família, e por isso tinham alguns privilégios, mas nem por isso escapavam de ser tratadas como propriedade do homem, tendo a sua sexualidade controlada e um destino traçado, o de se casar e ser mãe.

Na tentativa de isolar aos fins ao qual a natureza feminina deveria obedecer, os médicos reforçavam tão somente a ideia de que o estatuto biológico da mulher (parir e procriar) estaria ligado um ao outro, moral e metafísico: ser mãe, frágil e submissa, ter bons sentimentos. (DEL PRIORI, 2015, pág. 83)

Se as mulheres, por exemplo, tinham ossos menores e mais redondos, era porque eram mais fracas que os homens. Se seus corpos tinham mais gordura e líquidos ao serem comparados aos corpos musculosos que se exigia dos homens, isso expressava sua natureza frágil e seus sentimentos suaves e ternos (DEL PRIORE, 2015, pg. 79). Ao fazer esse tipo de análise, considerando aspectos metafísicos como inatos da cada corpo, espera-se então um comportamento definido de cada pessoa, de acordo com seu sexo.

Nessa linha de pensamento o remédio da mulher era a maternidade, porque assim ela cumpriria seu papel divino e social de ser mãe. A maternidade foi usada como delimitador do espaço da mulher, reservando-lhe o âmbito privado, a casa e o cuidado com os filhos. O grande poder de gerar

uma vida dentro de si, que por hora levou as mulheres a um lugar de privilégio, agora a delimitava espacialmente e culturalmente suas relações com o mundo.

A partir da vinculação entre qualidades femininas e a capacidade de conceber filhos e dar a luz, contribui para que a principal atividade atribuída às mulheres seja a maternidade e que o espaço doméstico e familiar seja visto como seu principal local de atuação. (PISCITELLI, 2009, pg.118)

No fim do século XIX e início de século XX essas relações começam a mudar. As mulheres brancas de classe média, cansadas e entediadas do seu papel de esposa e mãe, mais as mulheres da classe trabalhadora, cansadas das péssimas condições de trabalho que estão sujeitas, se unem e saem às ruas pedindo uma sociedade igualitária, formando o movimento feminista. Elas reivindicam participação política e vida pública. Lutam por direitos sociais como sufrágio universal, educação e trabalho, enfim, uma sociedade democrática para homens e mulheres, essas mulheres ficam conhecidas como “As Sufragistas”. Nesse período também acontece à luta abolicionista, contra a escravidão. Por um momento mulheres negras abolicionistas se unem na luta feminista.

Nos Estados Unidos acontece à primeira Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres, os homens presentes ridicularizavam as mulheres, dizendo que elas não podiam sequer pular uma poça ou embarcar em uma carruagem sem a ajuda de um homem, como teriam capacidade de votar. Então, Sojourner Truth, uma ex-escrava, abolicionista e defensora dos direitos das mulheres derrubou as alegações de que a fraqueza feminina era incompatível com o sufrágio – e fez isso usando sua própria experiência de vida (DAVIS, 2016, pg.72).

Com simplicidade persuasiva, Sojourner Truth apontou que ela mesma nunca havia sido ajudada a pular poças de lama ou a subirem carruagens. “Não sou eu uma mulher?” Com uma voz que soava como “o eco de um trovão”, ela disse: “Olhe para mim! Olhe para o meu braço”, e levantou a manga para revelar a “extraordinária força muscular” de seu braço. Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém,

exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher?(DAVIS, 2016, pg.72)

O poderoso discurso de Sojourner foi importante na desconstrução do mito da fragilidade feminina e no movimento sufragista, mas o racismo enraizado culturalmente e o medo das mulheres brancas em perder direitos para homens negros fez com que as pautas das mulheres negras não fossem incluídas dentro do movimento feminista naquele momento.

A partir de então, teóricas feministas trazem uma nova ressignificação de gênero, mostrando que as pessoas se comportam de acordo a um conjunto de regras e características derivadas de uma construção social imposta a cada pessoa, dependendo do seu sexo com normas preestabelecidas.

Segundo Joan Scott:

O termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1990, pg. 76)

Para Simone de Beauvoir:

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (BEAUVOIR, 1967, pg.9).

Recusa-se a ideia de que as diferenças biológicas do sexo tracem um destino imutável para as mulheres, definindo uma hierarquia entre os sexos, que condenem as mulheres a viverem sempre essa condição de insubordinação (BEUAVOIR, 1970, p.52).

Por fim, o feminismo contemporâneo, através do feminismo negro e indígena, tem trazido a crítica de uma concepção homogênea do que é ser mulher, já que outros fatores, como raça e classe, estão interligados ao patriarcado, considerando os diferentes níveis de opressão, sem que nenhuma

mulher seja invisibilizada, como vimos anteriormente. A autora Kimberlé Crenshaw trás o conceito de subordinação interseccional:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, pg.177).

A população que vive nas periferias das cidades é atingida por uma infinidade de fatores históricos, sociais e econômicos, que torna a exclusão por elas vivida mais intensa.

Os portadores desta consciência lutam por sua difusão, assim como pela concretização de uma cidadania ampliada, isto é, de direitos humanos também para pobres, negros, mulheres. Ademais, o gênero, a raça/etnicidade e as classes sociais constituem eixos estruturantes da sociedade. Estas contradições, tomadas isoladamente, apresentam características distintas daquelas que se pode detectar no nó que formaram ao longo da história (SAFFIOTI, 2011, pg.78).

As mulheres conquistaram direitos e comprovaram que a biologia do corpo feminino não as torna inferior. Apesar dos avanços da esfera jurídica, refletirem uma mudança cultural no campo teórico, isso não é suficiente, é necessário que sejam elaboradas políticas públicas informativas no combate a violência contra a mulher para que a mudança ocorra na sociedade de uma forma geral. Os ensinamentos e as vivências cotidianas de discurso e práticas machistas e opressoras marcam fortemente a nossa sociedade, ainda se espera que as mulheres sejam dóceis e gentis, esposas submissas e mães afetuosas, estando sujeitas a forte julgamento moral e expostas a violências quando não se comportam de acordo com o esperado. A desvantagem das mulheres perante os homens é fruto de uma educação diferenciada para cada sexo, como veremos no discorrer do primeiro encontro realizado na Ocupação do Bupas.

O tema do primeiro encontro foi “A mulher pode ser o que ela quiser”, com a finalidade de desconstruir os papéis de gênero que limitam a vida das mulheres. A atividade foi marcada para o dia 16 de março de 2019, chovia

nesse dia e levando em consideração a falta de pavimentação das ruas, o que forma muita lama, foi acordado de adiar para o próximo sábado.

No sábado seguinte então, dia 23 de março de 2019, das 15h30 as 17h30, aconteceu o primeiro encontro no Barracão comunitário da Ocupação. A atividade aconteceu em forma de roda de conversa, para que se conseguisse um clima aconchegante e agradável para todas. Participaram da atividade seis mulheres. A atividade deu início com uma breve apresentação entre as participantes e a facilitadora, já que todas já se conheciam da comunidade. Com a frase “Ninguém nasce mulher e sim torna-se mulher” de Simone de Beauvoir iniciamos nossa roda de conversa. A frase polêmica de Beauvoir nos conduziu a olhar os caminhos que levam a construção do gênero feminino de forma crítica.

A partir no momento em que nascemos temos uma educação diferenciada e é assim que o “ser mulher” começam a ser moldado. Ao chegar à infância existe uma classificação do que é adequado para meninos e meninas. Ao comprarmos brinquedos para as crianças, existem brinquedos de menina e brinquedos de menino. As meninas são presenteadas com bonecas e panelinhas, brincando de ser mãe e de cuidar de sua casinha, as meninas passam a infância se preparando para o casamento. Ao cuidar dos filhos, marido e casa, as mulheres desenvolvem habilidades que são tidas como inata do sexo feminino, a partir dessa visão se espera um comportamento doce e maternal, afetivo e acolhedor, como se fossem características próprias da mulher. Quando na verdade desde a infância as meninas têm uma educação voltada para isso.

As mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem (SAFFIOTI, 2011, pg.35).

Já para meninos sobram uma infinidade de brincadeiras, para ele estão os carros, motos, armas, super-heróis e as mais diversas profissões, são desde pequenos incentivados a desenvolver diversos talentos, mostrar sua força e inteligência e a ocupar todos os espaços:

Cabe aos homens, situados do lado exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares (...) As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo, do contínuo, veem serem-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados, escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos. (BOURDIEU, 2012, pg. 41)

Motivadas a contar suas experiências da infância, algumas das participantes relataram que eram proibidas pelos pais de brincar com os meninos, revelando uma educação sexista. Outra participante revelou que sempre pode brincar na rua dizendo “sempre fui igual moleque” nesse momento fizemos uma reflexão sobre o que acontece quando uma menina tem comportamentos diferentes ao esperado por uma menina, quando isso ocorre é comum que digam que essa menina tem comportamento de menino, mas na verdade isso é apenas parte de sua natureza pessoal e que provavelmente se não houvesse essa separação isso seria visto de forma natural. No debate de ideias, todas concordaram que existe essa diferença de educação e que as mulheres são privadas de muitas experiências apenas por serem mulheres.

O esforço para que as mulheres ficassem em casa e esse fosse seu lugar. Esposa e mãe, todos os trabalhos domésticos eram da mulher. Com a modernidade e a mulher cada vez mais inserida no mercado de trabalho, as mulheres acumularam uma dupla jornada de trabalho. Por isso a luta feminista é difícil, porque conseguimos avançar nos direitos, mas os homens não abrem mão de seus privilégios. Enquanto as mulheres são ensinadas a serem dóceis, amorosas e passivas, os homens são ensinados a serem independentes fortes e proativos. Essas características são ensinadas com tanto sucesso, há tanto tempo, que se acredita que elas sejam inatas de cada sexo. Assim os cuidados com a família parecem ser responsabilidade da mulher por questões de aptidão. Essa conversa levou a reflexão de que as mulheres acabam tendo uma dupla jornada de trabalho. O trabalho remunerado, fora de casa e o serviço doméstico, não remunerado. Segundo relatado pelo IBGE o número de horas semanais dedicados aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos

é de 7 horas a mais para as mulheres em relação aos homens, quando de fala de mulheres negras se aumenta ainda mais uma hora⁹.

A divisão dos trabalhos domésticos ainda é um tabu. São poucos os companheiros que dividem essa jornada, as participantes que eram casadas disseram que seus maridos “ajudavam” nos serviços da casa. O grupo então foi levado a fazer uma reflexão se seria justo considerar isso como uma ajuda, já que ele ao morar na casa também tinha a responsabilidade de mantê-la limpa. Apesar de 65% dos homens¹⁰ acharem que os cuidados da casa e dos filhos devem ser divididos de maneira igualitária, a maioria deles “ajuda” suas esposas, se eximindo totalmente da responsabilidade do afazer doméstico, são poucos os homens que realizam esse trabalho com a consciência de que também são responsáveis por manter a casa limpa e arrumada.

Esse estereótipo dos trabalhos considerados femininos, como limpeza e cuidado com os filhos, que recai sobre as mulheres é refletido no mercado de trabalho, as profissões com mais mulheres estão relacionadas ao cuidado com o outro, como professoras e enfermeiras ou em cargos de limpeza. A Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação afirma que 70% dos postos de trabalho nessas empresas eram ocupados por mulheres em 2015¹¹. Nessa discussão uma das participantes comentou haver visto uma reportagem na televisão que mostrava que as mulheres até mesmo quando ocupam as mesmas funções tem salários menores que os homens. Segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) o salário da mulher representava 72% do salário de um homem em 2016, proporção que caiu para 70% em 2017, trata-se do primeiro

⁹AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. *Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica - n38*. Disponível em:

agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/9d6f4faeda1f1fb7532be7a9240cc233.pdf. Acesso em: 25 abr. 2019.

¹⁰INSTITUTO PATRICIA GALVÃO. *Desconstruindo o machismo com os homens: ainda resistem padrões desiguais na percepção de trabalho*. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/desconstruindo-o-machismo-com-os-homens-ainda-resistem-padroes-desiguais-na-percepcao-de-trabalho/>. Acesso em: 25 abr. 2019.

¹¹ESQUERDA DIÁRIO. *Desigualdade salarial: No capitalismo as mulheres negras ganham 60% menos que um homem branco*. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Desigualdade-salarial-No-capitalismo-as-mulheres-negras-ganham-60-menos-que-um-homem-branco>. Acesso em: 25 abr. 2019.

recuo em 23 anos¹². Mas se comparamos a diferença salarial entre um homem branco e uma mulher negra, essa diferença pode chegar a 60%¹³ a menos. De acordo com pesquisa¹⁴ realizada em 2015 pela Escola Popular de Planejamento da Cidade 23% dos moradores do Bupas tem uma renda mensal inferior a um salário mínimo, 31% recebem um salário mínimo e 39% recebem entre 1 e 2 salários mínimos e apenas 7% recebem mais que dois salários mínimos. Das mulheres presentes possui emprego com carteira assinada. Uma delas recebe auxílio doença, por um problema de coluna, outra contou que era cabeleireira, mas vendeu o salão para poder comprar um lote dentro da ocupação e agora está desempregada, outras fazem trabalhos esporádicos de faxineira ou como passantes de mercadorias vindas do Paraguai, outra delas relatou que a pedido do marido deixou de trabalhar fora de casa, mas que para isso fizeram um acordo onde ela também tomaria as decisões sobre o que fazer com a renda da família.

Outro ponto abordado foi sobre o padrão de beleza imposto e a pressão da sociedade que recai sobre seus corpos e aparência perfeita. Além de terem que trabalhar fora de casa recebendo menos, e dos afazeres domésticos realizados com maestria para que não sejam consideradas relaxadas, existe ainda a pressão estética, esse conjunto de cobranças deixa a autoestima das mulheres abalada. Mulheres devem estar depiladas, com as “unhas feitas” e de preferência maquiadas, as que não seguem esses padrões não são consideradas femininas. Nesse momento um das participantes colocou que muitas pessoas dizem que a aparência das mulheres é relacionada às traições e até ao fracasso do relacionamento, pois mulheres que não se cuidam são deixadas pelo marido, o que ela não considerava justo. Foi feita uma reflexão dos padrões de beleza adotados pela sociedade no geral que não condizem

¹²OXFAM BRASIL. *Um retrato das desigualdades Brasileiras*. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/tags/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras?gclid=EAlalQobChMluKvf6pv-4glVDA-RCh1AeADjEAAAYASAAEglbw_D_BwE. Acesso em: 29 abr. 2019.

¹³ESQUERDA DIÁRIO. *Desigualdade salarial: No capitalismo as mulheres negras ganham 60% menos que um homem branco*. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Desigualdade-salarial-No-capitalismo-as-mulheres-negras-ganham-60-menos-que-um-homem-branco>. Acesso em: 25 abr. 2019.

¹⁴ESCOLA POPULAR DE PLANEJAMENTO DA CIDADE. *Dados da Ocupação Bupas/Mapa*. Disponível em: <https://paisagensperifericas.wordpress.com/dados-da-ocupacao-bupas/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

com o biotipo real da mulher brasileira através de uma atividade onde as participantes deveriam encontrar imagens de mulheres com as quais elas se identificassem. No decorrer da atividade ficou evidente a dificuldade de encontrar “mulheres reais” nas revistas. Também foi colocado pelas participantes o quanto as fotos das revistas eram retocadas e não representavam a realidade das próprias modelos, tornando ainda mais impossível alcançar o padrão de beleza divulgado como perfeito. Elas disseram que se sentiam bem com seus corpos, apesar de que algumas relataram dificuldade de encontrar roupas em tamanhos maiores e quando as encontravam tinham um custo muito alto.

Ao discutirmos os impactos da desigualdade de gênero na sociedade, uma das participantes compartilhou a experiência de violência doméstica de que foi vítima durante anos, relatou que o ex-marido tinha o hábito de praticar violência psicológica de todas as formas, maltratando-a e humilhando-a a todo o momento, contou também que foi ameaçada por ele com facas e até um facão, finalizou seu depoimento dizendo que a violência psicológica tem tanto poder de destruição quanto a violência física. Relata que a partir daí desenvolveu depressão profunda e há dez anos faz tratamento com medicação, estando separada há três anos, acredita que o tratamento psiquiátrico lhe deu forças para conseguir sair do relacionamento abusivo. Ainda assim, para conseguir sair do relacionamento teve que fugir e abandonar sua casa e seus pertences. Os imóveis que eles conquistaram juntos ficaram todos para o ex-marido, que vendeu a maioria deles e não repartiu o dinheiro arrecadado, o restante dos bens está sendo disputados no judiciário. Outra participante relatou o drama da filha que sofre violência tanto psicológica quanto física de seu marido. Que já tentou se separar, voltando para sua casa, mas diante de ameaças ela voltou para casa com o marido, que a ameaçou dizendo que colocaria fogo na casa da sogra. Esses relatos demonstram que a desigualdade de gênero está intimamente ligada a violência de gênero.

O conceito de violência de gênero deve ser entendido como uma relação de poder de dominação do homem e submissão da mulher. Ele demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem a relações violentas entre os sexos e indica que a

prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas (TELES E MELO 2012, pg.16).

Ao finalizar a roda de conversa, perguntei a cada mulher o que era “ser mulher” para elas, uma respondeu que ser mulher é ser mãe, outra que é bom ser mulher. Mas muitas respostas giraram em torno de anseios e desejos, como o de ter liberdade, ser independente e poder viver a vida como ela quer.

Mas como conseguir de fato que as mulheres sejam livres? Livres para viverem suas vidas da forma como quiserem, sendo protagonistas de suas próprias histórias e livres das violências de gênero causada pela desigualdade entre homens e mulheres. Buscar autoconsciência de que não é a natureza a responsável pela desigualdade de gênero, mas sim o processo de socialização das pessoas (TELES E MELO 2012, pg.16) é um começo, mas mesmo com essa consciência feminina seria ilusório acreditar que a dominação masculina poderia ser vencida apenas através da consciência e da vontade “porque os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (aptidões, inclinações)” (BOURDIEU, 2012, pg. 51).

As mulheres têm usado suas habilidades adquiridas através de experiências da cultura feminina do apoio corpo a corpo e da subjetividade a subjetividade pessoal entre mulheres e apenas empoderadas desse saber solidário podemos superar a proibição patriarcal pela união das mulheres, desmontando a cultura misógina que nos configura. (RÍOS, 2006, pg.4) Conectar essas mulheres com si próprias e com outras mulheres é a proposta do segundo encontro relatada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 - SORORIDADE E COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NO COMBATE CONTRA A VIOLENCIA CONTRA A MULHER

Nos espaços privados e íntimos, são as mulheres os principais apoios para outras mulheres que são vitima de violência. As mulheres têm um peso extraordinário ao costurar e sustentar as relações de parentesco e familiares, as relações amorosas e de amizade. O que dizer dos encontros mágicos de gerações entre netas e avós, de filhas que depois das voltas da vida, se tornam mães de suas mães, ou de amigas que se colocam em situações de risco uma pelas outras. As mulheres que tem nos curado e cuidado e ensinado sobre o mundo, com intimidade, passando por cima de tabus e normas sociais. (RÍOS, 2006, pg.1)

Por mais que haja uma cumplicidade entre mulheres da mesma família ou muito próximas, quando falamos das mulheres como classe geral isso não acontece. De uma forma geral as mulheres olham as outras mulheres a partir dos olhos do patriarcado e o julgamento moral que recai sobre elas é muito mais pesado que sobre os homens. No mundo masculino, as mulheres têm um lugar distinto, uma posição diferente, não tem a mesma consideração e reconhecimento dos homens. Elas têm o lugar de mãe, de irmã, de esposa, de amante, a função da mulher sempre condicionada ao outro. A partir desse pensamento abdicam de seus sonhos e vontades para cumprirem o papel social que lhes foi imposto. Conformadas como seres-para-outro, nós mulheres depositamos nossa autoestima nos outros e em menor medida nas nossas capacidades. (RÍOS, 2000, pg.32) Para Bourdieu, a dominação masculina como é imposta e vivenciada deixa as mulheres num estado de submissão paradoxal, que é resultado do que ele chama de violência simbólica:

Resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2012, pg.7)

O relacionamento entre nós é complexo e atravessado por dificuldades derivadas de poderes distintos, como hierarquias e supremacia, competitividade e rivalidade. Mecanismos políticos que provêm da excludente

fragmentação social que nos envolve e também de normas de gênero para manter a supremacia masculina sobre as mulheres distanciadas entre si (RÍOS, 2006, pg.3). A experiência íntima de cuidado e solidariedade, muitas vezes atribuída de forma compulsória à mulher, deve ser usado como forma política de união entre mulheres.

Se por um lado os homens se relacionam entre si com cumplicidade e fidelidade, independentes se são amigos de longa data ou conhecidos, todos, fazem parte de uma espécie de clã, se consideram iguais e se defendem. Já as mulheres utilizando-se dos mesmos signos andocêntricos como referência agem de acordo com as normas patriarcais, rechaçando qualquer comportamento que não esteja dentro do esperado pelo patriarcado, inclusive a própria luta feminista.

Apresentando baixa cultura geral e ínfima capacidade crítica, a maioria das brasileiras pode ser enquadrada na categoria *conservadoras*, ainda separando mulheres femininas de mulheres feministas, como se estas qualidades fossem mutuamente exclusivas. Isto dificulta a disseminação das teses feministas, cujo conteúdo pode ser resumido em *igualdade social para ambas as categorias de sexo*. (SAFFIOTI, 2011, pg.46).

Existem várias crenças e mitos que são repetidos todos os dias, por homens e mulheres, sem fundamentação real, como, por exemplo, que mulheres não são confiáveis e fofas. “Insiste-se em tornar obrigatória a crença que as mulheres são volúveis, emocionais, fúteis, inseguras e dependentes” (TELES E MELO 2012, pg. 31). O julgamento moral relacionado à sexualidade das mulheres é cruel, as condutas sexuais da mulher são julgadas com um crivo muito mais duro que as condutas do homem. Até mesmo mulheres vítimas de violência sexual são automaticamente julgadas pela roupa que vestiam ou pelo lugar em que estavam no momento, 27% dos brasileiros acreditam que em alguns casos as mulheres estupradas podem ter tido algum tipo de culpa¹⁵. Quando a esposa é traída é comum que a amante seja mais julgada e responsabilizada do que o marido, o verdadeiro traidor. Essa violência simbólica contra as mulheres é tão enraizada na sociedade,

¹⁵INSTITUTO PATRICIA GALVÃO. *O papel do homem na desconstrução do machismo*. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/o-papel-do-homem-na-desconstrucao-do-machismo-locomotiva-instituto-avon-2016/>. Acesso em: 30 mai. 2019.

que elas acreditam que isso seja natural e acabam supervalorizando os homens e desconsiderando as mulheres.

Assim as mulheres são violentas consigo mesmas, quando sujeitam suas vidas aos moldes do patriarcado ou violentas com outras mulheres, que por algum motivo não se encaixam nas regras patriarcais. Para combater esse tipo de pensamento, o feminismo gerou uma dimensão política que busca a confluência e a sintonia entre as mulheres, se trata da sororidade, uma aliança feminista entre mulheres para mudar a vida e o mundo com um sentido justo e libertário. A sororidade emerge como uma alternativa a essa política patriarcal que impede as mulheres uma identificação positiva com o gênero, ao atuar em prol da sororidade as mulheres ampliam suas coincidências e potencializam sua força para reivindicar seus direitos no mundo. (RÍOS, 2006, pg.4)

A relação entre cada mulher com as outras mulheres é fundamental, pois uma melhor condição de vida só pode ser alcançada socialmente e os direitos das mulheres só são direitos se são reconhecidos como tal por elas mesmas. A identificação entre nós deve acontecer em dois sentidos: a aceitação de pertencer ao mesmo gênero e o reconhecimento de outras mulheres como merecedoras dos mesmo direitos e das mesmas liberdades que desejamos. (RÍOS, 2000, pg.28)

Apresento a Comunicação Não Violenta (CNV) como uma ferramenta a favor da sororidade. A CNV é uma abordagem desenvolvida pelo psicólogo norte-americano Marshall Rosenberg, a partir da década de 70, que surgiu com o intuito de fortalecer a conexão com nós mesmos e com os outros. A prática da CNV é desenvolvida em quatro etapas, a primeira delas é a fase da observação, que se baseia no olhar atento do sujeito para o que está acontecendo ao seu redor, o diferencial dessa observação é que ela deve estar livre de qualquer questionamento ou juízo de valor sobre o fato observado. A segunda fase é sobre o que sentimos frente a aquele fato. A terceira fase diz respeito à necessidade do indivíduo perante o acontecimento, seja se expressando ou ouvindo. E, por fim, o pedido, que se trata dessa necessidade verbalizada, para que este possa ser integralmente compreendido.

Uma mãe poderia expressar essas três coisas ao filho adolescente dizendo, por exemplo: "Roberto, quando eu vejo duas bolas de meias sujas debaixo da mesinha e mais três perto da TV, fico irritada, porque preciso de mais ordem no espaço que usamos em comum". Ela imediatamente continuaria com o quarto componente - um pedido bem específico: "Você poderia colocar suas meias no seu quarto ou na lavadora?" Esse componente enfoca o que estamos querendo da outra pessoa para enriquecer nossa vida ou torná-la mais maravilhosa. (ROSENBERG, 2006, pg.25)

A CNV pode ser utilizada em interações com nós mesmos, com outra pessoa ou com um grupo, pois quem a pratica se coloca em seu estado compassivo natural. Trata-se, portanto de uma abordagem que pode ser aplicada de maneira eficaz a todos os níveis de comunicação e a diversas situações, como: relacionamentos íntimos, famílias, escolas, organizações e instituições, terapia e aconselhamento, negociações diplomáticas e comerciais e disputas e conflitos de toda a natureza. (ROSENBERG, 2006, pg.27) A Comunicação Não Violenta "se baseia em habilidades de linguagem e comunicação que fortalecem a capacidade de continuarmos humanos, mesmo em condições adversas" (ROSENBERG, 2006, pg.21).

À medida que a CNV substitui nossos velhos padrões de defesa, recuo ou ataque diante de julgamentos e críticas, vamos percebendo a nós e aos outros, assim como nossas intenções e relacionamentos, por um enfoque novo. A resistência, a postura defensiva e as reações violentas são minimizadas. Quando nos concentramos em tornar mais claro o que o outro está observando, sentindo e necessitando em vez de diagnosticar e julgar descobrimos a profundidade de nossa própria compaixão. Pela ênfase em escutar profundamente - a nós e aos outros -, a CNV promove o respeito, a atenção e a empatia e gera o mútuo desejo de nos entregarmos de coração. (ROSENBERG, 2006, pg.22)

Foi então que baseado nesses conceitos e com o objetivo de fortalecer a conexão das mulheres com elas mesmas e com as outras mulheres o segundo encontro ocorreu no dia 30 de março de 2019, às 15h, na casa de uma das participantes, sob o tema "Comunicação Não Violenta entre Mulheres" e utilizou os princípios e exercícios da Comunicação Não Violenta. Quatro das participantes eram as mesmas da semana anterior e duas mulheres que estavam no momento da realização do encontro foram convidadas a participar.

A psicóloga Priscila Barreto iniciou a conversa pedindo que todas se apresentassem. No decorrer ela explicou como a Comunicação não Violenta

pode ajudar a criar relações afetivas consigo mesmo, com os outros e com o coletivo. O encontro foi dividido em três etapas.

Olhando para as emoções, sensações físicas e necessidades:

As emoções são como ponteiros que nos indicam a direção das escolhas que refletem o que realmente importa para nós, nossos valores pessoais, que nos trazem felicidade, harmonia interna, auto realização e bem estar, etc. Todo ser humano tem necessidades básicas universais como, escolher seus próprios sonhos e objetivos, receber amor, apoio, apreciação, calor humano entre outras, além de necessidades físicas como abrigo, água, alimento, e descanso (ROSENBERG, 2006, pg.87).

Foi proposto que cada participante pensasse em emoções e sensações físicas e a partir delas identificasse quais são as nossas necessidades em relação a elas. Assim cada participante falou uma emoção ou sensação física e todos ajudam a identificar a necessidade por trás dela. Exemplo: Sede = necessidade de água, medo = necessidade de proteção, segurança. Esse exercício mostra que nossas emoções estão ligadas as nossas necessidades. Emoções agradáveis indicam que nossas necessidades estão sendo satisfeitas, e emoções desagradáveis indicam que nossas necessidades não estão sendo supridas.

A CNV pode ser uma aliada ao fortalecimento das mulheres ao mostrar que todos os seres humanos são iguais e tem as mesmas necessidades. Essa mudança propõe que as pessoas deixem o olhar moralizador e julgador a que estão habituadas e passem a enxergar a si mesmas a aos demais, como seres humanos que compartilham das mesmas necessidades.

Num mundo onde com frequência somos julgados severamente por identificarmos e revelarmos nossas necessidades, fazer isso pode ser muito assustador, especialmente para as mulheres, que são ensinadas socialmente a ignorar as próprias necessidades para cuidar dos outros. (ROSENBERG, 2006, pg. 95)

Ao reconhecer as necessidades que existem por trás dos sentimentos temos quatro opções de como receber a mensagem: culpar a nós mesmos, culpar os outros, perceber nossos próprios sentimentos e necessidades e perceber os sentimentos e necessidades escondidas por trás da mensagem negativa da outra pessoa. As mulheres por uma questão cultural tendem a se

culpar e a entrar no que Marshall chama de “escravidão emocional”, ao acreditar que somos responsáveis pelo sentimento dos outros e que devemos nos esforçar constantemente para que todos sejam felizes, nos sentimos responsáveis e acreditamos ter de fazer algo a respeito. (ROSENBERG, 2006, pg. 92). A saída para esse estágio é a “libertação emocional”, quando qualquer atitude que você tome em relação à outra pessoa seja por compaixão e não por medo, vergonha ou culpa. (ROSENBERG, 2006, pg.94)

Comunicando-nos com clareza:

Para Marshall existem padrões de comunicação que contribuem para um comportamento violento com os outros e com nós mesmos, as pessoas crescem aprendendo a rotular, julgar, exigir e se comparar uns aos outros. Essa forma de se comunicar, chamada por ele de “comunicação alienante”, que a maioria das pessoas está condicionada a utilizar, torna-se uma ferramenta de controle, tem profundas raízes filosóficas e políticas e é o que sustenta as sociedades hierárquicas e suas relações de dominação.

A linguagem do "errado", o "deveria" e o "tenho de", é perfeitamente adequada a esse propósito: quanto mais as pessoas forem instruídas a pensar em termos de julgamentos moralizadores que implicam que algo é errado ou mau, mais elas serão treinadas a consultar instâncias exteriores - as autoridades - para saber a definição do que constitui o certo, o errado, o bom e o mau. (ROSENBERG, 2006, pg.47)

Ao focarmos nas necessidades (nossas e dos outros) nos comunicamos com mais clareza e eficácia. Pois aprendemos a observar acontecimentos na nossa vida sem julgamento, reconhecemos nossos sentimentos e emoções e a partir daí chegamos às necessidades. Ao pensar que nossas necessidades são as mesmas que a de todos os seres humanos, conseguimos olhar para nós mesmos e para os outros com compaixão. Nessa parte da atividade a facilitadora pediu para que as participantes pensassem em uma situação em que elas se sentiram magoadas de alguma forma. A atividade foi realizada em dupla. Um dos objetivos do exercício era praticar a escuta e a observação sem julgamento, para isso cada uma delas tinha que ouvir a história sem

interromper quem estava falando e depois repeti-la da forma em que havia escutado e vice-versa. As participantes então relataram o quanto era difícil ouvir sem poder expressar suas opiniões e sentimentos em relação às histórias contadas. O outro objetivo do exercício será relatado na continuação da terceira etapa.

Aprendendo a fazer pedidos:

Sempre que nos comunicamos com as pessoas, estamos de pedindo alguma coisa em troca. Pode ser simplesmente uma conexão de empatia – um reconhecimento verbal ou não verbal, ou podemos estar pedindo honestidade – desejamos saber qual a reação honesta do ouvinte a nossas palavras ou ainda podemos estar pedindo uma ação que satisfaça a nossas necessidades. “Quanto mais claros formos a respeito do que queremos da outra pessoa, mais provável será que nossas necessidades sejam atendidas.” (ROSENBERG, 2006, pg.113).

Podemos fazer pedidos de diversas formas e em algumas situações podemos usar as mesmas palavras, mas a diferença é com qual energia estamos dizendo, com qual intenção. Não adianta fazer um pedido com intenção de ameaça, de raiva, mesmo que as palavras sejam bonitas (ex: usando, por favor, minha querida, meu amor, etc.). Pedidos na CNV não podem ser acompanhados de ameaças ou consequências negativas caso não sejam atendidos, e nem induzir à vergonha, culpa ou medo. Um dos pontos ressaltados foi que os pedidos na CNV tem o objetivo de suprir as necessidades de todos os envolvidos e não apenas as próprias necessidades.

As participantes então foram incentivadas a imaginar aquelas situações em que haviam se sentido magoadas, experimentando os conceitos da CNV e o que elas acreditavam que teria sido diferente. A partir do conhecimento adquirido as participantes puderam refletir sobre as experiências relatadas e se deram conta de como não haviam se dado conta da real necessidade que estava por trás dos sentimentos relacionados às situações expostas e como a forma de se expressarem havia sido diferente do que realmente ela precisava naquele momento.

Os relatos foram em relação a dificuldades de comunicação no casamento, com os filhos ou brigas entre vizinhos. Uma das participantes comentou que em situações de conflito não tem paciência e que é muito

explosiva, mas que com o passar do tempo aprendeu a controlar reações impulsivas. E que agora, pensando em suas reais necessidades, conseguia se entender melhor e se sentir “menos louca”. O encontro foi finalizado com a percepção de que ao descobrimos que aquilo que temos de vulnerável, também possui uma força imensa e é o que temos em comum com todos os seres humanos.

Ao finalizar a segunda atividade percebi que a prática da CNV em lugares e pessoas com pouca referência de empatia e elevada referência de violência, somada a uma negativa disparidade educacional e de classe, parece destoar da realidade que elas vivem. A maioria das famílias que vivem na ocupação já traz consigo um histórico de pobreza e fragilidade social, baixa escolaridade e desemprego. Muitos conflitos são resolvidos dentro da ocupação baseado na violência, é comum ouvir esses relatos de brigas e ameaças de morte nas conversas da ocupação e em casos extremos, assassinatos que podem ser vistos nas manchetes dos jornais de Foz do Iguaçu.

Mas esse contexto de violência ao mesmo tempo, torna a CNV uma ferramenta importante de autovalorização e valorização do outro enquanto ser humano. Para esse feito se faz necessário que a prática da CNV seja realizada de forma contínua.

Ainda sim, as participantes mesmo não internalizando os conceitos da CNV em uma roda de conversa, observei que elas entenderam como funcionam os processos que levam as pessoas a se comunicarem de forma violenta. E também como elas se sentiram confortáveis em receber essa compreensão que a CNV proporciona, pois puderam ser ouvidas e ter suas histórias compreendidas.

CAPÍTULO 3 - A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A proposta do terceiro encontro foi de sensibilizar as mulheres sobre a violência contra a mulher, explicando quais são elas, como funciona o ciclo da violência doméstica, as leis que protegem as mulheres e apresentar o Centro de Referência Rejane Marisa Dal Bó, que é o Centro Referência em Atendimento à Mulher Vítima (CRAM) de Foz do Iguaçu. Para que esse encontro reunisse o maior número de mulheres possível, foi utilizada uma estratégia proposta pela coordenação da ocupação, que foi a distribuição de roupas doadas a comunidade no final da reunião, dessa forma foram reunidas 60 mulheres da ocupação. Esse encontro também contou com o apoio da acadêmica Ana Luisa Hickmann com seu Projeto "O CRAM no bairro: A atuação do Centro de Referência Rejane Marisa Dal Bó no combate à violência contra as mulheres", do assistente social do CRAM, Sergio Gondaski e da psicóloga voluntária do CRAM Amanda Ester González.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará¹⁶, considera violência contra a mulher “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. A violência contra a mulher acontece de forma estrutural, institucional e no âmbito doméstico, a primeira parte da reunião se deu em torno dos tipos de violência contra a mulher, com mais atenção à violência doméstica e seus ciclos, já que esta é mais naturalizada na cultura patriarcal.

O Mapa da Violência Contra a Mulher 2018¹⁷ identificou 68.811 casos de violência contra a mulher no Brasil, ordenou as formas de violência contra a

¹⁶A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher aconteceu em 9 de junho de 1994, no Brasil, na cidade de Belém do Pará, conceitua a violência contra as mulheres, reconhecendo-a como uma violação aos direitos humanos, e estabelece deveres aos Estados signatários, com o propósito de criar condições reais de rompimento com o ciclo de violência identificado contra mulheres em escala mundial.

¹⁷CAMARA DOS DEPUTADOS. *Mapa da Violência Contra a Mulher 2018*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/?b_start:int=15. Acesso em: 5 jun. 2019.

mulher em cinco categorias: importunação sexual, violência online (crimes contra a honra), estupro, feminicídio e violência doméstica.

Na sociedade machista a forma de se vestir e de se comportar é utilizada para culpabilizar a vítima de violência, a chamada de “cultura do estupro” leva a crença que a mulher mereceu ser estuprada ou assediada por estar se comportando de determinada forma. Se a mulher se comporta de forma diferente a esperada, ela se torna suscetível a sofrer violência. Esse padrão se repete tanto no âmbito familiar, quanto nos espaços públicos. Dentro do casamento, o pensamento patriarcal faz o homem pensar que ela a mulher é sua propriedade, ele não quer ser só o dono do corpo da mulher, mas também de seus pensamentos e ações, o que trás a violência como forma de controle.

Segundo o Mapa da Violência Contra a Mulher 2018, foram registrados 32.916 casos de estupro de janeiro a dezembro de 2018, o estupro não é só relacionado ao desejo sexual, mas sim ao sentimento de dominação do homem sobre a mulher, a pesquisa indica que 49,8% dos casos foram praticados por companheiros ou parentes.

Em decorrência dessa cultura machista, outra prática comum é a importunação sexual. Uma prática que ocorre todos os dias nas vidas das mulheres, privando-as do seu direito de ir e vir sem serem assediadas e importunadas. Essa prática teve visibilidade pela mídia, quando em 2017 um homem ejaculou no pescoço de uma mulher, dentro de um ônibus em plena Avenida Paulista, centro da cidade de São Paulo¹⁸.

Então em 2018 foi sancionada a Lei 13.718/2018¹⁹ que alterou o Código Penal Brasileiro pra inserir no Art. 515-A a tipificação do crime de importunação sexual que tem a seguinte redação: “Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”. Essa mesma Lei também tipificou como crime outra forma de ataque que têm afetado as mulheres, trazendo graves problemas psicológicos às vítimas desse crime, inclusive depressão e até suicídio é o *cyberbullying* e o

¹⁸REVISTA FORUM. *Assédio no ônibus: Homem ejacula no pescoço de passageira na Avenida Paulista*. Disponível em: [HTTPS://revistaforum.com.br/assedio-no-onibus-homem-ejacula-no-pescoco-de-passageira-na-avenida-paulista/](https://revistaforum.com.br/assedio-no-onibus-homem-ejacula-no-pescoco-de-passageira-na-avenida-paulista/). Acesso em: 5 jun. 2019

¹⁹BRASIL, PLANALTO. *Lei Nº 13.718, de 24 de setembro de 2018*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm. Acesso em: 6 jun. 2019.

revengeporn (vingança pornô em tradução literal para o português), este último se refere quando ao final de um relacionamento um do ex-parceiro ou parceira publica fotos de nudez do outro como forma de vingança, inserindo o:

Art. 218-C: Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia.

A violência doméstica é a forma mais banalizada de violência contra a mulher, pois a sociedade por muito tempo considerou isso um direito do homem. Ela também é democrática e não está relacionada a classes sociais e etnias, mas sim a cultura patriarcal. Os números da violência doméstica e familiar são assustadores, segundo o projeto Relógio da Violência²⁰ a cada 7,2 segundos uma mulher é vítima de violência física no Brasil.

Uma pesquisa²¹ realizada em 2017 sobre violência doméstica revelou que 29% das mulheres entrevistadas relataram já haver sofrido algum tipo de violência praticada por um homem, desse percentual 67% se disseram vítimas de violência física. Mas a violência não é apenas física, existem outras formas de violência tão prejudiciais quanto, como a violência psicológica e moral. A pesquisa demonstrou que 47% das entrevistadas relataram haver sofrido violência psicológica, esse tipo de violência atua na forma de proibição e inibição de comportamentos da mulher, como limitação de certos tipos de roupas, proibição de ter amizades, de ter contato com a família, além das agressões verbais e xingamentos que minimizam as mulheres a uma condição inferior. A violência patrimonial também é usada para fragilizar a vítima e ocorre quando são retidos ou subtraídos objetos, documentos e recursos financeiros da vítima.

A violência sexual também pode ser considerada violência doméstica, quando o parceiro exige e obriga a mulher a ter relações sexuais. Esse tipo de

²⁰RELÓGIOS DA VIOLÊNCIA. Disponível em: <https://www.relogiosdaviolencia.com.br/>. Acesso em: 29 abr. 2019. <https://www.relogiosdaviolencia.com.br/>

²¹BRASIL, Senado Federal. *Pesquisa Data Senado: Violência doméstica e familiar contra a mulher*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>. Acesso em: 7 jun. 2019.

violência já foi invisibilizada na sociedade, pelo pensamento que o ato sexual é uma obrigação dentro do casamento.

São vários os fatores que contribuem para que as mulheres se submetam a um relacionamento abusivo, existem vários tipos de vínculos que prendem a mulher a essa situação. Um dos motivos são os laços afetivos, não é confortável aceitar que a pessoa que amamos e confiamos é nosso próprio algoz e fomentando a esperança de que as coisas possam mudar.

A ambiguidade da conduta feminina é muito grande e compreende-se o porquê disto. Em primeiro lugar, trata-se de uma relação afetiva, com múltiplas dependências recíprocas. Em segundo lugar, raras são as mulheres que constroem sua própria independência ou que pertencem a grupos dominantes. Seguramente, o gênero feminino não constitui uma categoria social dominante. Independência é diferente de autonomia. As pessoas, sobretudo vinculadas por laços afetivos, dependem umas das outras. Não há, pois, para ninguém, total independência. (SAFFIOTI, 2015, pg.87)

A dependência econômica também deve ser considerada, muitas mulheres têm filhos pequenos e não veem maneira de sustentá-los, já que não podem trabalhar fora e não têm para onde ir, não se sentindo capazes de conseguir de recomeçar a vida. Ainda há a pressão externa exercida pela família, amigos e igreja, no sentido de preservar a sagrada família, importando “menos o que passa em seu seio do que a sua preservação como instituição” (SAFFIOTI, 2015, pg.88). Outras são ameaçadas e perseguidas pelos parceiros quando tentam terminar o relacionamento e por medo acabam voltando, a ameaça é a forma mais comum de intimidação e de manutenção do controle sobre as mulheres (TELES E MELO, 2012, pg.47). Tendo como única saída fugir e abandonar sua casa e pertences, o que torna essa escolha difícil e dolorosa. A soma dos fatores e sua complexidade tornam a mulher refém do seu relacionamento.

A violência doméstica está tão enraizada na cultura humana que se dá de forma cíclica, “com um processo regular com fases bem definidas: tensão relacional, violência aberta, arrependimento e lua de mel” (SAFFIOTI, 2015, pg.23). A primeira fase tensão relacional ou aumento da tensão, é a fase em que o agressor se irrita com qualquer atitude que não lhe agrada, provoca brigas desproporcionais com os reais motivos, leva a vítima a se sentir culpada e a “pisar em ovos” para evitar confronto. Essa situação de tensão e medo tem

grandes consequências no estado psicológico das vítimas. A segunda fase é quando a corda da tensão arrebenta e o agressor perde o controle, cometendo o ato da Violência, que pode ser física, verbal ou patrimonial, muitas vezes de forma combinada. Nesse momento a mulher se sente paralisada e com dificuldade para reagir. O último ciclo conhecido como Lua de Mel, acontece após a agressão. Tomado pelo arrependimento o agressor se torna amável para conseguir a reconciliação. Nessa fase de calma em que o agressor mostra mudança no comportamento é que a vítima é iludida e se enche de esperança.

Muitas vezes a repetição desse ciclo de violência se encerra com a morte dessa mulher, configurando o feminicídio. O feminicídio é o homicídio de mulheres, mas para ser classificado dessa forma deve-se levar em conta a causa da morte violenta: a mulher precisa ter sido morta por violência doméstica ou familiar, ou por discriminação pela condição de mulher²². É um crime que acontece no mundo todo, no ranking internacional o Brasil ocupa o quinto lugar²³ com a taxa mais elevada. Devido ao grande número de assassinato de mulheres foi aprovado em 2015 à chamada Lei do Feminicídio, Lei nº 13.104/2015²⁴ que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Ao redor do mundo esse tipo de crime ocorre com poucas variações em diferentes sociedades e culturas, mas leva em comum e se caracteriza como crime de gênero ao carregar traços como ódio, que exige a destruição da vítima, e também pode ser combinada com as práticas da violência sexual, tortura e/ou mutilação da vítima antes ou depois do assassinato, desde a implementação da Lei, foram registrados no Brasil, 15.925 casos de feminicídio, em 95,2% dos casos o crime foi cometido por companheiros, namorados ou esposos.

²²DINIZ, DEBORA. Alcance não tão longo: A Lei do Feminicídio deve denunciar injustiças de gênero ou apenas punir matadores? *O ESTADO DE S. PAULO*: Estadão, dez./2005. Disponível em:

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Nucleo_de_Genero/Feminicidio/fem_artigos/alcaceNaTaoLogo.pdf. Acesso em: 14 mai. 2015.

²³ARTIGO 19. *Pesquisa sobre dados abertos e casos de feminicídio*. Disponível em: <https://artigo19.org/blog/2018/03/07/artigo-19-lanca-pesquisa-sobre-dados-abertos-e-casos-de-feminicidio/>. Acesso em: 25 abr. 2019.

²⁴BRASIL, Planalto. *Lei Nº 13.104, de 09 de março de 2015*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 4 jun. 2019.

Apesar de desde o início deixar claro que estávamos abertos a perguntas e interações, acredito que o número maior de mulheres fez com que elas não se sentissem a vontade para falar, ainda sim, pode-se notar no decorrer das falas sobre tipos de violência as mulheres faziam sinais de concordância, parecendo estar identificadas com as situações exemplificadas. Ao elencar os tipos de violência a facilitadora fazia menção Lei Maria da Penha que protege as mulheres nesses casos.

O caso emblemático da cearense Maria da Penha Mais Fernandes, fez com que o Brasil elaborasse a Lei nº 11.349²⁵ a chamada Lei Maria da Penha, em sua homenagem. Em 1983 Maria da Penha sofreu duas tentativas de feminicídio pelo marido na época Marco Antonio Herredia Viveros. Mesmo após anos de luta o agressor ainda não havia sido julgado e muito menos preso. Com a ajuda de ONGs, Maria da Penha levou seu caso a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), foi a primeira condenação da corte baseada na Convenção de Belém do Pará. Apenas em 2002 o agressor foi preso. O processo da OEA também condenou o Brasil por negligência e omissão e tolerância em relação à violência doméstica. Entre as punições recomendou o pagamento de uma indenização à vítima pelo Estado, além de estabelecer recomendações para que se criasse uma legislação adequada a esse tipo de violência.

Em 2006 entra em vigor a Lei Maria da Penha, que foi criada nos termos da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher²⁶ (CEDAW) e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher²⁷. É uma Lei de ação afirmativa, que determina que medidas especiais de caráter

²⁵BRASIL, Planalto. *Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 30 mai. 2019.

²⁶A Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres é um tratado internacional aprovado em 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Descrito como uma declaração internacional de direitos das mulheres, que entrou em vigor em 3 de setembro de 1981 e foi ratificada por 188 Estados, inclusive o Brasil.

²⁷A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher, que como ficou conhecida como a Convenção de Belém do Pará, adotada na referida cidade, em 9 de junho de 1994, conceitua a violência contra as mulheres, reconhecendo-a como uma violação aos direitos humanos, e estabelece deveres aos Estados signatários, com o propósito de criar condições reais de rompimento com o ciclo de violência identificado contra mulheres em escala mundial.

temporário destinado a acelerar a igualdade de fato entre o homem e a mulher não será considerado discriminação, em acordo com o Art.4º da CEDAW. Ela ainda prevê a criação de mecanismos para a prevenção e a erradicação de qualquer tipo de violência doméstica, familiar e contra a mulher.

Destacando alguns artigos da Lei, temos o Art. 6º que considera que “A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos”. No Art. 7º, estão elencadas as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

A Lei promove medidas de prevenção integradas pelos poderes do Estado, com políticas públicas baseado no trabalho em rede e humanizado. Entre as medidas se podem destacar a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, e então a partir dessas estatísticas incluídas nos dados oficiais do Sistema de Justiça e Segurança pode-se ter a dimensão real desse problema e então promover políticas públicas eficazes. A Lei também trás a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher e também sobre a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia, para melhor acolhimento e garantia da aplicabilidade da lei. Outro instrumento importante previsto na Lei é a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres, para que se possam quebrar esses paradigmas culturais através da informação e educação.

A Lei ainda diz que a ação policial nos casos de violência doméstica deve-se ter caráter de emergência. Dispõe sobre a criação de Juizados Especiais para julgar os casos e conceder medidas protetivas às vítimas. Entre as medidas protetivas está à fixação de limite mínimo de distância entre vítima e agressor, determinação do afastamento da vítima do lar e encaminhamento da mesma e de seus dependentes a programas de proteção ou de atendimento, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos e também determinação a recondução ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor²⁸. A partir da Lei nº 13.641²⁹, de 2018 o

²⁸CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Sobre a Lei Maria da Penha*. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/lei-maria-da-penha/sobre-a-lei-maria-da-penha>. Acesso em: 28 mai. 2019.

²⁹BRASIL, Planalto. *Lei Nº 13.641, de 3 de abril de 2018*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13641.htm. Acesso em: 31 mai. 2019.

descumprimento da medida protetiva que prevê o afastamento do agressor da vítima é crime com detenção de três meses a dois anos.

A violência doméstica e contra as mulheres é um problema de todos, pois ela é a consequência das estruturas sociais andocêntricas presentes na sociedade. Além das consequências sérias e graves para toda a família que vivencia o ciclo da violência doméstica e intrafamiliar, a violência de gênero está ligada ao desenvolvimento socioeconômico de um país. Alguns dados ilustram a dimensão e o “custo social” dessa violência. Um estudo direcionado aos resultados da violência contra a mulher na economia, realizado pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com o Instituto Maria da Penha e com a participação de pesquisadores dos Estados Unidos e da Europa, divulgou que o prejuízo é de R\$ 1 bilhão de reais, na renda das mulheres e na economia brasileira. O estudo também constatou que o tempo de permanência no mesmo emprego é 16 meses menores para mulheres agredidas, que por esta rotatividade acabam recebendo um real a menos na média salário/hora que outras mulheres. O resultado da violência de gênero também provoca a ausência da mulher ao trabalho que, de acordo com a pesquisa, é da ordem de 18 dias ao ano e, a cada cinco anos de vida, a perda é de 1 ano na qualidade de vida³⁰.

A segunda parte do encontro foi apresentado às mulheres da ocupação o Centro de Referência em Atendimento à Mulher Vítima de Violência (CRAM). O CRAM de Foz do Iguaçu funciona desde 2009, sendo que em 2013 ganhou sede própria para atender as vítimas com mais eficiência. Qualquer mulher que tenha sido vítima de violência de qualquer tipo pode procurar o CRAM para receber apoio e orientações de como conseguir os amparos legais oferecidos pelo Estado. De acordo com as especificidades de cada caso, a vítima recebe orientação e é encaminhada a delegacia da mulher, delegacia comum, hospitais ou unidades de saúde e quando necessário a casa abrigo. A equipe multiprofissional é composta por: 2 assistentes sociais, 1 psicóloga, 1 pedagoga, 1 orientadora jurídica, 1 pessoa responsável pela parte de administração, 1

³⁰JOTA. *Lei de prevenção e combate à violência doméstica, GAP e reflexos na economia*. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/lei-de-prevencao-e-combate-a-violencia-domestica-gap-e-reflexos-na-economia-25042018#sdfootnote14sym>. Acesso em: 20 jun. 2019.

pessoa que presta serviços gerais e coordenadora unidade. O atendimento prestado é feito em 4 etapas: 1) Acolhimento e Informações Gerais; 2) Orientação à Mulher em Situação de Violência; 3) Diagnóstico aprofundado e Atendimento; 4) monitoramento do Atendimento e Encerramento do atendimento, o atendimento pode durar semanas, meses ou até que a mulher se sinta segura³¹.

Em 2018 o CRAM atendeu 1200 mulheres e a cada mês, são cem novas situações de violência contra a mulher no município registradas oficialmente³². Além do atendimento psicológico para amenizar o sofrimento das vítimas, elas podem obter orientação jurídica em relação à guarda dos filhos, pensão alimentícia e qualquer outra dúvida, o CRAM também auxilia e orienta em caso de vulnerabilidade social. Para que o atendimento ocorra tranquilamente a instituição conta com uma sala chamada Brinquedoteca, onde uma professora fica a disposição para crianças e adolescentes.

Durante o encontro foi distribuído o folder explicativo cedido pelo CRAM que contém o endereço e telefone de contato da instituição e de outras instituições que fazem parte da rede de enfrentamento a violência contra a mulher. O contexto de violência que a vítima está inserida a torna frágil, o CRAM se torna um instrumento importante para aliviar a dor e o sofrimento consequentes das agressões e humilhações vivenciadas, propiciando a reconstrução da autoestima, contribuindo para a confiança e fortalecimento pessoal. O comportamento da mulher agredida diante de uma sociedade patriarcal é o isolamento, por isso é essencial que o maior número de mulheres tenha conhecimento desse serviço que é oferecido de forma gratuita. Ao finalizar todos frisamos a importância desse atendimento para o combate a violência contra a mulher, ao dizer que as vítimas não estão sozinhas.

³¹HICKMANN, Ana Luisa; FREITAS, L. R. D. O CRAM Rejane Marisa dal Bó e sua importância para o enfrentamento da violência contra a mulher: *RELACult: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, mai/2019. Disponível em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1507/984>. Acesso em: 30 jun. 2019.

³²CLICKFOZ. *Foz do Iguaçu teve 1.200 casos de Violência Contra a Mulher em 2018*. Disponível em: <https://www.clickfozdoiguacu.com.br/foz-do-iguacu-teve-1-200-casos-de-violencia-contra-a-mulher-em-2018/>. Acesso em: 20 jun. 2019. em: <https://www.clickfozdoiguacu.com.br/foz-do-iguacu-teve-1-200-casos-de-violencia-contra-a-mulher-em-2018/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade patriarcal criou historicamente um estigma de inferioridade para as mulheres, desmistificar essa crença tem sido um trabalho árduo que começou há aproximadamente dois séculos com o movimento feminista. Apesar de hoje na maioria dos países a igualdade entre os gêneros estar assegurada por Lei a cultura machista arraigada entre todos ainda impede que as mulheres gozem desses direitos adquiridos de forma igualitária. As facetas da desigualdade de gênero podem afetar as mulheres em vários níveis, sendo o pior deles a violência de gênero.

Ao acreditar que a informação e o apoio são fundamentais para que as mulheres consigam sair de relacionamentos violentos, este Projeto de Intervenção propôs como objetivo geral a reflexão sobre a violência doméstica sofrida por muitas mulheres dentro da comunidade. Os dois primeiros encontros visaram o fortalecimento delas enquanto mulheres ao desmistificar a questão da inferioridade da mulher que a sociedade patriarcal impõe, fazendo com que elas não se sintam capazes. Teve como intuito mostrar as condições diferenciadas delas dentro do mundo através do feminismo. A maioria das mulheres acumula dupla jornada de trabalho, mesmo trabalhando fora assim como seus parceiros, as responsabilidades do trabalho doméstico e cuidados com os filhos recaem apenas sobre elas, ainda assim a sociedade nos quer fazer acreditar que as mulheres são frágeis e dependentes de seus maridos. A inferioridade feminina é interiorizada e esse reforço sobre essa nova visão do mundo ainda se faz muito necessária, pra que todas realmente consigam mudar esse pensamento em relação a elas mesmas.

Durante o encontro a mulheres que interagiram mostraram concordância com a desigualdade especificada, inclusive citando outros exemplos, o que demonstrou que elas já têm uma noção sobre o tema. O que não invalida a proposta, pois mesmo com certo nível de consciência sobre isso, sabemos que para a mulher ainda é complexo conseguir enxergar e valorizar a própria força, neste sentido atividades em grupo é importante, pois é muito

difícil reconstruir sozinha crenças tão arraigadas como esta da inferioridade da mulher, sendo o apoio e a relação com outras pessoas fundamentais neste processo.

A ideia de que todos somos seres humanos com as mesmas necessidades é reforçada no segundo encontro através da CNV. Para as mulheres é difícil reconhecer o próprio valor e também muito difícil reconhecer o valor de outra mulher. Se livrar de pensamentos julgadores sobre si e sobre os outros também requer uma desconstrução do que estamos acostumadas a viver, nesse sentido a prática da CNV em apenas um dia se mostrou insuficiente para o objetivo proposto de conectar as mulheres consigo mesma e com outras mulheres. Na vida dessas mulheres, marcada por tanta vulnerabilidade social, não existem muitos espaços de acolhimento e ambientes de empatia e escuta, essa nova experiência para a maioria foi bem recebida e mesmo com apenas uma roda de conversa, elas demonstraram terem compreendido a importância de se comunicarem de forma mais eficaz, mostrando que esse caminho pode ser continuado.

O acesso à informação continua sendo um dos mais eficazes caminhos para que as vítimas possam sair da situação de violência, com este intuito foi planejado o último encontro deste Projeto. A partir daí foi realizada uma parceria com o Centro de Referência em Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) que é a principal organização governamental de apoio às vítimas. A realização dessa atividade vem de encontro com ações informativas realizadas pelo CRAM para a divulgação do trabalho de assistência realizado por eles. Para alcançar o maior número de mulheres da Ocupação, foi mobilizada tanto a equipe técnica do Cram em parceria com a acadêmica Maria Luisa Hickmann para a realização das falas informativas sobre as principais formas de violência contra a mulher, além de mostrar como é realizado o acolhimento pelo CRAM, quanto à coordenação da Ocupação, que disponibilizou o recurso de doação de roupas, o resultado foi muito satisfatório, reunindo aproximadamente 60 mulheres para essa atividade.

Cada um dos encontros foi válido e através das reações demonstradas pelas participantes pude perceber que de alguma forma elas refletiram sobre

os temas propostos. Também foi demonstrado interesse pela coordenadora sobre a realização de mais atividades nesse sentido, então este projeto também abriu espaço para que novas ações possam ser realizadas, pois essa é uma demanda urgente e necessária, pois se percebe como essas práticas de violência são muito naturalizadas e que não se percebe que determinadas condutas são violentas e devem ser evitadas.

BIBLIOGRAFIA

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo I Fatos e Mitos*. 4ªed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo II A Experiência Vivida*. 2ªed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. 11ª ed. Rios de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CARREIRA, D; PANDJIARJIAN, V. *Vem pra roda! Vem pra rede! Guia de apoio à construção de redes de serviços para o enfrentamento da violência contra a mulher*. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2003.

COLLINS, P. H. Reflexões e práticas de transformação feminista. MORENO, R. (org.). São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2015.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2016.
DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

RÍOS, M. L. *Claves Feministas para la Autoestima de las Mujeres*. 1ªed. Madrid: horas y HORAS, 2000.

MARTINS, A. P. V. *Visões do feminismo: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/jnzhd>

PISCITELLI, A. PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

B; SZWAKO, J; São Paulo: Berlendis Editores, 2009.

RÍOS, M. L. *Pacto entre Mujeres: Sororidad*. Departamento de Comunicação de CELEM, out/2006. Disponível em: <https://e-mujeres.net/project/pacto-entre-mujeres-sororidad/> Acesso em: 15 jun. 2019.

ROSENBERG, M. B. *Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. São Paulo: Ágora, 2006.

SAFFIOTI, H. *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SCOTT, J. *Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica*. *Educação e Realidade*, v.15, n.2, jul./dez.1990, traduzido da versão em francês.

TELES, M. A; MELO, M. *O que é Violência Contra a Mulher*. 1ªed. São Paulo: Brasiliense, 2012.